

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307 1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 331
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PAERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandeí Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de

leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3821903071	
CAPÍTULO 2	13
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
DOI 10.22533/at.ed.3821903072	
CAPÍTULO 3	23
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.3821903073	
CAPÍTULO 4	34
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samantha Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.3821903074	
CAPÍTULO 5	47
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3821903075	
CAPÍTULO 6	61
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3821903076	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira
Mickaelle Bezerra Calaça

DOI 10.22533/at.ed.3821903077

CAPÍTULO 8 85

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Maria Juliana Moreira da Costa
Jeovana da Silva Rodrigues
Thais Rodrigues Ferreira
Liliana Gama Oliveira
Ranieli Cavalcante dos Santos
Nataly de Fatima Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.3821903078

CAPÍTULO 9 95

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho
Keity Ayumi Akimura
Silvana Souza Netto Mandalozzo

DOI 10.22533/at.ed.3821903079

CAPÍTULO 10 111

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann
Flávia Xavier de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38219030710

CAPÍTULO 11 127

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.38219030711

CAPÍTULO 12 136

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi
Marilane Oliveira Teixeira
Alisson Droppa

DOI 10.22533/at.ed.38219030712

CAPÍTULO 13 145

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas
Amanda Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.38219030713

CAPÍTULO 14	157
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.38219030714	
CAPÍTULO 15	167
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
DOI 10.22533/at.ed.38219030715	
CAPÍTULO 16	183
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.38219030716	
CAPÍTULO 17	198
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
DOI 10.22533/at.ed.38219030717	
CAPÍTULO 18	207
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.38219030718	
CAPÍTULO 19	216
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.38219030719	
CAPÍTULO 20	229
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.38219030720	

CAPÍTULO 21	243
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.38219030721	
CAPÍTULO 22	255
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030722	
CAPÍTULO 23	271
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
DOI 10.22533/at.ed.38219030723	
CAPÍTULO 24	286
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030724	
CAPÍTULO 25	300
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38219030725	
CAPÍTULO 26	317
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
DOI 10.22533/at.ed.38219030726	
CAPÍTULO 27	333
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
DOI 10.22533/at.ed.38219030727	

CAPÍTULO 28 348

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

DOI 10.22533/at.ed.38219030728

CAPÍTULO 29 359

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

DOI 10.22533/at.ed.38219030729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 369

NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”*

Yuri Rodrigues da Cunha

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília; Bolsista CAPES, e-mail: cunhayr@gmail.com

* O presente artigo é uma versão ligeiramente modificada do trabalho apresentado durante o XI Seminário do Trabalho em julho de 2018, promovido pela Rede de Estudos do Trabalho, realizado na Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Marília.

1 | INTRODUÇÃO

O ano de 2016 marcou no cenário político brasileiro uma inflexão conjuntural, em virtude da efetivação do golpe parlamentar que depôs a presidenta reeleita em 2014, Dilma Rousseff. A nosso ver, a ruptura institucional encerrou um ciclo do governo *lulo-petista* encerrando a conciliação de classes que vinha se efetivando desde 2003. Entendemos que a compreensão do golpe parlamentar, deve passar, não somente pelos argumentos oficiais utilizados, mas também, principalmente, por seus desdobramentos, isto é, quais propostas e medidas adotadas pelo novo governo e quais atores e frações de classes se aliam à fração dirigente do Bloco no Poder. Assim sendo, em razão do rearranjo político pós-golpe, julgamos

importante analisar o papel, a atuação e os interesses da Bancada Evangélica na composição do novo governo.

O argumento que desenvolvemos ao longo deste artigo assenta-se na ideia de que a bancada evangélica, na atual conjuntura, ocupa um papel importante na conciliação de classes do novo governo, cabendo a ela, a tentativa de legitimar moralmente, baseados em premissas religiosas, a construção de um consenso nas classes populares e subalternas em prol das reformas de Temer, cuja contrapartida consistiria na aprovação de suas pautas moralizantes.

Partimos do pressuposto apresentado por Poulantzas (1977), para o qual o Estado é um campo relacional que materializa as disputas econômicas e políticas, e que por suas próprias características possui uma autonomia relativa, assim sendo, detendo um aspecto decisivo na tentativa de formulação de coesão nos diferentes níveis da formação social. Poulantzas, em outro trabalho (1975), argumenta que no Estado estão materializados os interesses do capital dominante e das diversas frações que compõe esse capital, sendo que muitas vezes, os antagonismos das frações constituem uma contradição interna às classes dominantes e ao próprio Estado.

De acordo com o autor, “o Estado nacional

intervêm assim, em seu papel de organização da hegemônica, em um campo interior já atravessado pelas contradições imperialistas e onde as contradições entre as frações dominantes no seio de sua formação social já estão internacionalizadas.” (POULANTZAS, 1975, p. 80). Nesse sentido, é a partir dessa análise que o autor coloca o conceito de *bloco no poder*, isto é, uma aliança específica das classes e frações de classe politicamente e economicamente dominante, que manifestam os interesses da burguesia (nacional e internacional) de uma forma geral, e que devem organizar a partilha do espólio da classe trabalhadora, para que nenhum interesse das frações se sobreponha de modo que outras frações também não obtenham ganhos substanciais.

Por isso, o “Estado que mantém a unidade a coesão de uma formação social dividida em classes, concentra e resume as contradições de classe do conjunto de formação social, consagrando e legitimando os interesses das classes e frações dominantes em face de outras classes desta formação” (POULANTZAS, 1975, p. 84). Ou seja, o que ocorre é a internalização da correlação Capital x Trabalho no seio do próprio Estado, que leva, portanto, à luta de classes para o interior do próprio Estado, e por isso, não é possível afirmar *à priori* que o Estado seja uma simples ferramenta manipulável à vontade das classes dominantes.

Assim, podemos concordar com Mészáros, quando este argumenta que “o Estado é uma modalidade historicamente estabelecida de tomada de decisão global, que afeta mais ou menos diretamente a totalidade das funções reprodutivas da sociedade, desde os processos produtivos materiais elementares até os domínios culturais mais mediados” (MÉSZÁROS, 2015, p. 16). Além disso, o Estado, na perspectiva do autor húngaro, possui uma função corretiva vital da contradição erigida do sistema sóciometabólico do Capital. Esse sistema possui um tripé que é interligado: capital, trabalho e Estado. Sendo que, a própria materialidade do Estado está profundamente enraizada na base sóciometabólica antagônica sobre a qual todas as formações de Estado do capital são erguidas, ou seja, é inseparável da materialidade da relação Capital x Trabalho.

É evidente que o Estado Capitalista, dentro do paradigma marxiano, é compreendido como um elemento fundamental e decisivo na correlação Capital x Trabalho, sendo que, na perspectiva do próprio Marx (2011), o Estado é uma relação de poder que se assenta nas condições econômicas e de estruturação material que o sustenta, e de maneira mais geral, disputa-lo é tentar tomar posse desse monstruoso edifício como parte do leão dos despojos dos vencedores.

Nesse sentido, a política econômica que é levada a cabo pelas camadas dirigentes de Estado específico é elaborada com vistas à satisfação desses próprios interesses (MARX, 2012). Nesse sentido, na ótica de Marx e de Engels (2005), o Estado não passa de um grande administrador dos interesses da burguesia. Ainda que o argumento seja válido, é necessário, a nosso ver, levar em conta as particularidades de cada momento histórico e como se desenvolve as formas de dominação das classes burguesas e as

barganhas que estas fazem às classes trabalhadoras para manterem sua dominação.

O Estado capitalista, com toda sua complexidade e instituições que o compõem, torna possível a exploração e espoliação do trabalhador, mantendo um equilíbrio de forças que historicamente pendeu para as classes burguesas, ainda que em momentos específicos da correlação Capital x Trabalho, ele pôde estar mais próximo dos interesses das classes trabalhadoras. Assim sendo, entender o Estado como uma dimensão eminentemente política é um equívoco, uma vez que ele contém em si, todo o aspecto econômico, e separá-lo é, na perspectiva de Ellen Wood (2006), uma forma de privatizar o poder político e a esfera pública.

Portanto, se o Estado é um campo relacional de disputa política e econômica e possui ainda, a capacidade de gerar uma relativa coesão, ele está aberto às diversas frações das classes sociais que visam tomar sua direção política. É justamente a partir dessa concepção que levamos em consideração a “Bancada Evangélica” e seu projeto político.

Se no paradigma marxiano, seja vasta a literatura a respeito da dimensão política e da economia, da relação de poder e de disputa entre as classes sociais, pouca coisa há sobre aspectos religiosos, o que se torna necessário recorrer a outras vertentes sociológicas para darmos conta de compreender o fenômeno que estudamos. Dentro deste campo de investigação Max Weber se torna um autor decisivo, com importantes contribuições para se compreender a questão religiosa e seu imbricamento com o aspecto político.

De acordo com Weber (s.d.), o pensamento e o modo de vida religioso, em si são profundamente influenciados por fatores políticos e econômicos, que operam em limites geográficos, políticos, sociais e nacionais, mas que, por sua vez, acabam se tornando uma racionalidade importante que norteiam práticas políticas. No limite, o que argumenta Weber é o fato do pensamento religioso ser resultado de aspecto histórico, ao mesmo tempo em que influencia as tomadas de decisões dos indivíduos particulares.

Ainda dentro da perspectiva elaborada por Weber, a dimensão ascética de uma determinada seita religiosa, busca modelar a vida cotidiana segundo uma pretensa vontade de Deus, e mais, dentro do protestantismo, e dos neopentecostais, sobretudo¹, a vida cotidiana e o acesso à riqueza material são formas de comprovação da graça divina. Nesse sentido, há um *éthos* específico dos protestantes, sendo a religião uma forma de conduta ética, e que, por sua vez, deve ser esse postulado levado para as práticas políticas, ou seja, para o Estado.

O fato do Estado e da política ser vista como espaço para delimitação da vida cotidiana, faz com que, esse campo em disputa seja visto por parte dos atores representantes da Bancada Evangélica, como um espaço de atuação de suas práticas

¹ Weber não se debruçou sobre os neopentecostais, dedicando-se apenas aos protestantes. É óbvio que o fenômeno do neopentecostalismo é demasiadamente recente, surge após a morte de Weber, porém, suas bases encontram-se no protestantismo clássico do qual o sociólogo alemão debruçou-se.

morais e religiosas, fazendo com que, determinadas tomadas de decisões sejam feitas baseadas nas premissas morais de suas religiosidades, que seriam as verdadeiras vontades divinas. O Bispo Edir Macedo deixa claro essa concepção em um de seus livros: “O Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política” (2008), para o qual, Deus era um grande estadista, criou o mundo e elaborou um plano político que deveria ser levado a cabo pelo Seu povo (sic). É justamente nesse sentido que a Bancada Evangélica tentará reivindicar para si o protagonismo político para tentar moralizar a política vista como um lamaçal de corrupção, pois ela sim, a Bancada Evangélica, possuiria uma envergadura moral capaz de sanar a abstrata noção da corrupção.

É importante salientar ainda, que estamos diante de uma crise política e institucional que resulta e é resultante da deposição de Dilma Rousseff e da briga pela partilha dos espólios do Estado, onde as diferentes frações tentam cada uma, reivindicar a si o papel de fração dirigente do bloco no poder. Se a Bancada Evangélica não é ainda representante direta das frações capitalistas, ela possui um trunfo em suas mãos, a população evangélica cresce a galope no Brasil, e se mostra um grupo fiel e dispostos a obedecer às ordens daqueles que estão representando uma suposta vontade divina.

2 | O GOLPE PARLAMENTAR E A RUPTURA INSTITUCIONAL

Desde as eleições presidenciais de 2014 quando por uma diferença de 3,28%² a candidata Dilma Rousseff fora reeleita no segundo turno, as intensas críticas que se faziam ao governo *lulo-petista*, converteram-se em ferrenhas campanhas pró-impeachment, culminaram num primeiro momento, na admissibilidade do processo de *impeachment* em dezembro de 2015 por Eduardo Cunha, passando pelas longas 53 horas de seção, onde nas últimas seis, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório pró-impeachment, autorizando o Senado Federal a transcorrer com o processo de deposição da presidenta³, e, num segundo momento, no dia 31 de agosto de 2016, o Senado Federal decidiu depor a presidenta, por 61 votos a 20.

A nosso ver, é importante destacar que o processo do golpe parlamentar se iniciou imediatamente após o processo eleitoral de 2014, quando aparentemente o lulo-petismo já tinha dado os sinais de desgaste, sobretudo, em razão das “jornadas de junho” de 2013, mas que sai vencedor no pleito eleitoral do ano seguinte.

Apenas para situar as jornadas de junho de 2013, Gohn (2015) entende que essas manifestações representavam uma indignação frente à conjuntura política nacional, adquirindo nesses eventos um caráter de movimento de massa, de protesto, revolta coletiva, aglutinando indignações de diferentes estratos sociais, com especial

2 Em números a diferença foi de 3.445.963 de eleitores para a candidata a reeleição Dilma Rousseff frente à candidatura de Aécio Neves. Foi 51,64% (votos válidos) contra, 48,36%, segundo dados tabulados pelo TSE.

3 SIQUEIRA, Carol, 2016.

destaque à “classe média”, ainda que seu momento inicial se deu em virtude de um ato de estudantes em prol do “passe livre”.

Ainda segundo a autora, os manifestantes atuavam em coletivos não hierarquizados, com gestão descentralizadas, produzindo assim, manifestações com outra estética, os participantes tinham mais autonomia e não atuavam sob coordenação de uma liderança central (GOHN, 2015). De acordo com a autora,

São movimentos com valores, princípios e formas de organização distintas de outros movimentos sociais, a exemplo dos sindicais, populares (urbanos e rurais), assim como diferem dos movimentos indetentários (mulheres, quilombolas, indígenas, e etc.). Para compreender essa onda de manifestações, além de identificar as especificidades e diferenças dos jovens em ação, uma questão significativa deve ser levada em consideração: por que uma grande massa da população aderiu aos protestos. (GOHN, 2015, p. 9)

Cabe destacar ainda que nas jornadas de junho não havia hegemonia de apenas uma ideologia ou utopia, o que movimentava era um “sentimento de descontentamento e indignação contra a conjuntura ético-política dos dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas do poder estatal” (Idem, p. 13). Por fim, ainda a respeito de 2013, os movimentos sociais mais tradicionais, como centrais sindicais, tentaram disputar o espaço das jornadas de junho, quando no segundo semestre do mesmo ano chamaram atos como em julho no Dia Nacional de Mobilização, porém com baixa adesão popular, terminando, muitos destes atos em confronto com a polícia.

O fato das jornadas colocarem muitos jovens às ruas, com outra estética e outras reivindicações além das pautas clássicas das classes trabalhadoras, permitiu que, na campanha eleitoral do ano seguinte, ela se tornasse o principal mote de uma “nova política”, com pautas “modernizantes” como: “descentralização”, “simplicidade”, “confiança”, “eficiência”, “transparência”, “inovação”, “participação popular”⁴, mas que na prática era a apenas uma retórica de um partido de tem claro apoio das frações burguesas do rentismo.

Retornemos a questão do golpe. O primeiro registro dos atos pró-impeachment se deu seis dias após o resultado do pleito eleitoral na cidade de São Paulo, quando naquele protesto, além do impeachment os manifestantes pediam intervenção militar⁵. Desde então, os atos multiplicaram-se, seja no número de cidades onde passou a ocorrer, quanto na quantidade de pessoas envolvidas, tendo como um marco os atos de 15 de Março e 13 de Dezembro de 2015. Para não alongarmos de maneira demasiada, abordaremos nesse momento apenas o ato do dia 15 de março.

O ato de 15 de março foi convocado principalmente por meio das redes sociais, como o *Facebook* e em sua organização articulavam-se principalmente os seguintes grupos: Movimento Brasil Livre (MBL); Vem Pra Rua; Revoltados On-Line⁶. Além

4 Plano de Governo: Aécio Neves – PSDB, 2014.

5 URIBE, Gustavo; LIMA, Daniela, 2014.

6 BEDINELLI, Talita, 2015.

desses grupos ajudaram ainda na mobilização, quadros do PSDB⁷, sendo que, ainda na cidade de São Paulo o metrô, que é de responsabilidade do Governo estadual (PSDB), liberou as catracas para o ato, coisa que não faz nem quando há grandes eventos e manifestações populares na Avenida Paulista⁸.

Ainda a respeito das mobilizações, a Central Globo de Jornalismo, a nosso ver, também foi um agente importante nesse ato, uma vez que fizeram ao longo do dia, coberturas e chamadas ao vivo, dos movimentos, como um claro estímulo à participação da população⁹. Segundo o Datafolha, o ato em São Paulo contou com aproximadamente 210 mil pessoas, ao passo que em todas as 160 cidades onde foram realizados atos conjuntos, reuniram segundo contagem das Polícias Militares, 2,3 milhões de pessoas¹⁰. Neste ato era uníssono o pedido de impeachment, sobretudo em virtude da “institucionalização da corrupção” (sic) resultada das práticas e governos *lulo-petista*¹¹. Por fim, cabe destacar ainda que outras importantes instituições como a FIESP também contribuíram com o ato.

É interessante notar que grande parte das manifestações datadas de 2015 foi composta por manifestantes, brancos, de alta renda e que votaram em Aécio Neves no ano anterior¹². Os desdobramentos desse e dos demais atos, foi o acolhimento, pelo então presidente da Câmara dos Deputados Federais, Eduardo Cunha (PMDB), em 02 de Dezembro de 2015, de um dos pedidos de impeachment protocolados na casa, pouco tempo depois do PMDB já ter redigido e publicado o documento “Uma ponte para o futuro”, de 29 de outubro de 2015. Neste documento estão as bases e os argumentos utilizados sob as quais as reformas o governo Temer buscava construir certo consenso e orientar suas reformas.

Oficialmente a ruptura do PMDB com o governo se deu em março de 2016, por aclamação, em uma reunião simbólica liderada pelo “profeta” Romero Jucá, e um dos principais articuladores do golpe parlamentar contra Dilma. A aclamação para o PMDB romper com as bases do PT ocorreu pouco tempo antes da câmara aceitar a admissibilidade do processo de impeachment e afastar a presidenta Dilma Rousseff.

Diante deste cenário, é importante levar em consideração que o golpe parlamentar não deve ser compreendido apenas a partir de seus determinantes como as recorrentes manifestações, mas a nosso ver, o sentido pelo qual o golpe se efetivou encontra-se nas reformas neoliberais propostas e levadas a cabo pelo governo Temer, reformas essas que chamaremos aqui de *‘temerárias’*¹³, isto porque, ele representa

7 VENCESLAU, Pedro, 2015.

8 AGOSTINE, Cristiane, 2015.

9 Um fato curioso e que reforça essa ideia da participação tucana nos atos, foi o então secretário de Segurança Pública de São Paulo, Alexandre Morais (atualmente Ministro do STF), solicitar à Federação Paulista de Futebol o adiamento da partida entre Palmeiras x XV de Piracicaba, das 16h00min para às 11h00min de 15 de março.

10 Manifestantes protestam contra Dilma em todos os estados, DF e exterior, 2015.

11 PONTES, Jorge, 2014; THEME, Antônio Carlos Mendes, 2014;

12 DINIZ, Maiana, 2015.

13 O nome *reformas temerárias*, faz um trocadilho com o sobrenome do atual presidente, Temer, bem como, pelo iminente risco e perigo que concerne às classes trabalhadoras a aprovação de tais

os interesses da nova composição do bloco no poder e das frações burguesa que ela representa após o fim da conciliação lulo-petista.

No documento “Uma ponte para o futuro” (PMDB, 2015) é explícito que o principal objetivo do partido seria construir uma unidade e um bloco circunstancial e transitório para aprovar, assim que houvesse possibilidade – após o golpe – aprovar um pacote de reformas propostas por Temer. Segundo o documento, seriam necessárias as reformas estruturais em razão de um “quadro calamitoso da economia brasileira herdada do período anterior”. Nesse sentido, os conflitos que emergiam no período seriam desdobramentos da crise econômica e moral do governo de Dilma, e que, por isso, seria necessários remédios amargos e austeros para superar a crise e o país voltar a crescer, para enfim, ter harmonia social.

Nesse sentido, para tentar criar consenso na câmara para a aprovação de suas reformas, o PMDB lança mão de um recurso retórico: O Estado deveria ser funcional independente de seu tamanho. E, para ser funcional deve distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade (PMDB, 2015).

No bojo das *reformas temerárias*, listamos três eixos que evidenciam, a nosso ver, o caráter acentuadamente neoliberal e rentista: **1) Investimento Público:** Teto para gastos públicos (Emenda Constitucional nº 95 de 2016); **2) Trabalho:** Reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e terceirização irrestrita (Lei nº 13.429/2017). Essas reformas que já haviam sido aviltadas na “ponte para o futuro”, como vontade, mas não como algo mais concreto, que só se efetiva, evidentemente, após o golpe.

Os principais aspectos evidentes nas reformas são as: perspectivas austeras e uma agenda pró-capital [especialmente os rentistas], e, por consequência, de ataque às classes trabalhadoras. Se no primeiro ponto, na E.C. 95/2016, evidencia-se a necessidade de limitar a suposta “gastança” do governo anterior, o que se observa é o princípio ortodoxo e neoliberal de agenda para os países em desenvolvimento. Agenda que é colocada desde fins dos anos de 1980 a partir do chamado Consenso de Washington, porém, o sucesso destas depende da correlação de forças em determinado tempo e espaço.

Ao limitar o investimento público o que se buscou era “restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos e da dívida pública. [...] Que, dado o quadro agudo de desequilíbrio fiscal que se desenvolveu nos últimos anos, esse instrumento é essencial para recolocar a economia em trajetória de crescimento, com geração de renda e empregos. Corrigir os desequilíbrios das contas públicas é condição necessária para retirar a economia brasileira da situação crítica [em que se encontra]”. Assim, a proposta é a “criação de limites para o crescimento das despesas primárias total do governo central” (Proposta de Emenda Constitucional nº 55/2016).

O que se observa na justificativa é a cartilha do referido Consenso de Washington e a necessidade de aplicação de políticas econômicas de caráter ortodoxo, para as reformas.

países dependentes. Dentre as medidas buscadas pelas *reformas temerárias*, nota-se uma evidente aproximação dos ajustes recomendados em tal consenso, como é o caso do ajuste fiscal e metas monetárias restritivas.

Essas medidas, no limite, implicariam na precarização em longo prazo dos serviços públicos que atendem substancialmente a classe trabalhadora, pois é esta a principal usuária dos serviços públicos, especialmente de saúde e educação. De acordo com Bastos (2016), ao contrário do que se imagina, a concentração da renda não significa necessariamente uma condição para o aumento de investimentos, mas os próprios aumentos nos gastos sociais e de políticas redistributivas implicam no crescimento do PIB. Assim, ao se reduzir os investimentos em saúde e educação, por exemplo, como é mascarado na E.C.nº55, abrem-se flancos para a mercantilização destes, e mais uma vez, quem são as principais beneficiárias são as grandes corporações capitalistas.

Já as reformas que afetam diretamente o mundo do trabalho, e, portanto, a classe trabalhadora, expostas nas leis 13.467/2017 [reforma trabalhista] e 13.429/2017 [terceirização irrestrita], tinham como justificativas principais a modernização das relações trabalhistas, o combate à informalidade e a geração de novos postos de empregos.

Efetivamente, na primeira delas o que se evidenciou foi um desmonte total do que resta, segundo Souto Maior (2017), do projeto de Estado Social Democrático de Direito no Brasil, pois ela impõe uma dura derrota a classe trabalhadora, como se ela fosse uma grande privilegiada em razão de seus direitos trabalhistas. Para o autor, esse desdobramento se dá em razão de alguns aspectos importantes da reforma, que são: negociado sobre legislado, afastamento da Justiça do Trabalho, individualismo das relações de trabalho e políticas de subemprego com os contratos intermitentes. Tudo isso seria o resultado de uma criação de fetiches do empresariado brasileiro que os problemas seriam em virtude de uma alta carga tributária na contratação dos trabalhadores (SOUTO MAIOR, 2017).

Ainda nesse mesmo sentido, segundo Magalhães *et. al.* (2017), quem estão por trás da reforma trabalhista são lobistas de bancos, indústrias e transportes, sendo que, partes das emendas foram integralmente redigidas em computadores de representantes nacionais da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Instituições Financeiras (CNF), Indústria (CNI) e Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística).

Com relação à Lei 13.429/2017, um aspecto inicial que a nosso ver é importante destacar é o fato de esta lei ser resultada de uma proposição datada de 1998, o PL 4302, cujo proponente houvera sido o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso. Este PL era inclusive, mais “agressivo” do que aquele apresentado, anos mais tarde, pelo empresário Sandro Mabel, o PL 4330/2004. A regulamentação da terceirização foi um intenso debate que vinha sendo traçado desde os anos de 1990, porém, a correlação de forças durante o governo lulo-petista, fez com que não progredisse esse tema, ou pelo menos, não da forma como defendiam as frações

burguesas. É nesse sentido que Vicentinho, encampando a proposta da CUT propôs o PL 1621/2007, que buscava regulamentar a terceirização, porém, não de forma irrestrita.

Ao promulgar em 2017 um PL que estava parado desde 1998, tornando irrestrita a terceirização, fica evidente a demanda das frações burguesas, que na atual conjuntura tinha as forças necessárias para fazer valer seus interesses. Conforme argumentou Cunha (2015), a terceirização era compreendida como uma prática “necessária”, “moderna” e “racional”, cuja finalidade é criar consenso nos trabalhadores sobre a importância e inevitabilidade desta prática, construindo assim um novo tipo humano. Do ponto de vista político, ainda argumentou em sua pesquisa, que esta prática gera uma sociabilidade do medo que potencializa a naturalização das situações de humilhações no trabalho, bem como, gera uma individualização e fragmentação no sentimento coletivo destes trabalhadores.

Portanto, nas duas leis aprovadas a respeito do mundo do trabalho por nós mencionados, fica mais do que evidente os interesses das frações burguesas produtivas, em, por um lado reduzir o custo que os empresários possuem para a contratação da força de trabalho, bem como, atacar a solidariedade de classe, fragilizando as resistências e a capacidade de mobilização e de luta dos trabalhadores. Esse é um dos elementos importantes para compreendermos o golpe e as razões da FIESP (e o capital produtivo) abraçar as reformas *temerárias* e bradar que não iriam pagar o pato. Certamente não pagou, quem o está fazendo é a classe trabalhadora.

Como as reformas *temerárias* são de grande impacto à classe trabalhadora de maneira geral, seria necessário tentar construir um consenso com os trabalhadores desorganizados politicamente, permitindo que estes aceitem e compreendam a “importância” e a “necessidade” das reformas – e também, para que não endossem o coro dos trabalhadores organizados politicamente que se mantém de pé contra os retrocessos às suas conquistas.

Assim, as narrativas das frações hegemônicas apontam, para a necessidade de “arrumar bagunça da casa deixada pelo petismo” e “colocar o país nos trilhos do desenvolvimento”, não sem antes, todos fazerem “esforços extraordinários” em prol do Brasil. Ou seja, todos deveriam abrir mão de algo para recolocar o país no caminho do crescimento econômico, porém, quem seriam os responsáveis por tentar convencer as frações da classe trabalhadora desorganizada politicamente? Em nosso entendimento, a bancada evangélica.

É aqui, a nosso ver, que os representantes neopentecostais (bancada evangélica) possuem um papel importante e decisivo, pois, a busca da construção de um consenso para as reformas passa pelo apoio irrestrito destes parlamentares que representam milhões de trabalhadores, sendo que, a tentativa de forjar um consenso para os trabalhadores desorganizados politicamente não passam por uma dimensão “política”, mas moralizante.

3 | A BANCADA EVANGÉLICA: GOLPES E AS REFORMAS TEMERÁRIAS

Na bancada evangélica estão agrupados aqueles que professam a fé segundo a doutrina evangélica ou que se alinham ao grupo em votação de temas específicos. A bancada evangélica ainda atua de maneira organizada na câmara e no senado, sendo registrada, desde 2003, como Frente Parlamentar Evangélica. Na atual composição do bloco no poder, conta com um total de 78 representantes (num total de 513) na câmara dos deputados eleitos em 2014, representando um total de 8.218.093 eleitores¹⁴ (DIAP, 2014). Assim, entendemos que os posicionamentos desses parlamentares nas reformas *temerárias* dão indícios de como buscam criar um consenso nos trabalhadores que eles representam, sobretudo, em virtude de muitos destes parlamentares eleitos ocupam também uma posição de liderança em suas instituições religiosas.

Convém ainda destacar que eles não representam um bloco que pensa e age de maneira única, uma vez que, em razão de serem vinculados a diferentes igrejas formam um universo, plural e cheio de tensões, todavia, possuem um consenso quando dizem respeito às pautas relativas aos costumes e à moral, uma vez que, embora sejam representantes de diferentes agrupações religiosas, e que possam ter interesses materiais diferentes, os grupos neopentecostais e evangélicos, orientam-se politicamente e ideologicamente baseados em premissas bíblicas.

Portanto, a aproximação que fazemos da crise do *lulo-petismo* e a ascensão neopentecostal, diz respeito à maneira como esses últimos se colocaram durante o curso do golpe parlamentar e, também, como se colocaram ao lado das *reformas temerárias*.

Os neopentecostais que compõem a “Bancada Evangélica”, durante o processo que depôs a presidenta Dilma Rousseff, votaram de maneira massiva em prol da ruptura, 93% votaram favoráveis ao golpe. Apenas seis parlamentares votaram contra, sendo ainda três deles, membros do Partido dos Trabalhadores. Com relação às reformas *temerárias* iniciadas pela PEC 241 (E.C. nº 55 de 2016), a bancada evangélica votou em peso em prol do projeto apresentado por Temer. Dos 78 parlamentares, apenas nove votaram contrários à proposta do presidencial, sendo uma delas, Clarissa Garotinho do PP-RJ, expulsa do partido após ela ter votado contrário. No que tange a reforma trabalhista, aprovada também pelo pleno da câmara dos deputados, a adesão da bancada evangélica, não foi consensual, sendo 25 parlamentares contrários à reforma e 53 favoráveis. Por fim, com relação ao projeto que torna irrestrita a terceirização, foi a votação mais dividida, porém, 36 foram favoráveis ao passo que 43 foram contrários, porém, estes 36 votos foram decisivos para que o projeto fosse aprovado, uma vez que o placar final foi 231 favoráveis x 188 contrários, caso não fossem os 36 votos, seria 195 (favoráveis) x 224 (contrários).

Há ainda um aspecto importante que cabe salientar que foi a votação que decidiu pela não cassação do presidente Michel Temer, nessa votação a bancada

¹⁴ Este é o resultado somado dos votos para os parlamentares da bancada evangélica. Os dados por nós utilizados foram produzidos pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

evangélica votou em maioria pelo arquivamento da denúncia, sendo seis contrários ao arquivamento e o restante favorável. Com isso, nota-se que a bancada evangélica possui uma forte ligação com as reformas *temerárias* pós-deposição de Dilma.

Portanto, a bancada evangélica, ainda que não possuam uma dimensão hegemônica no bloco no poder, ela ocupa um papel importante como uma fração de apoio, isto porque, por ser uma das maiores bancadas no poder legislativo, seu apoio às reformas *temerárias* são cruciais para sejam aprovadas.

Se as reformas *temerárias* são extremamente impopulares, os pregadores e legisladores neopentecostais buscam assumir uma posição de dupla autoridade moral, por um lado, como legisladores e por outro como líderes morais. Nesse sentido, contribuem para a criação de leis que visam regular o cotidiano das pessoas baseando-se em uma prescrição ética destes grupos, querendo universalizar seus valores particulares. Se por um lado, defendem as reformas que endurecem a vida cotidiana dos trabalhadores, se consideram messiânicos por serem apoiados por suposta “revelação divina”, a “missão” de legislar a ordem, instaurar a harmonia e reprimir o caos, adotando como estratégias ideológicas a negação das divisões e das polarizações sociais (DANTAS, 2011).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS: NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE!

Levando em consideração o Estado como um campo relacional, que condensa e materializa a luta de classes, na busca de construir uma coesão, concluímos levando em consideração outra hipótese¹⁵: o PT já não seria mais necessário ao Bloco no Poder. A questão da conjuntura econômica leva às frações burguesas a adotarem medidas antipopulares e fazendo os trabalhadores pagarem pela crise a custas de seus postos de trabalhos. Evidentemente isso gera revoltas e mobilizações das classes trabalhadoras. Porém, conforme apresentado nas grandes mídias, a culpa da crise econômica parecia recair toda sobre o governo presidencial de Dilma Rousseff, e que com um pretenso impeachment/golpe as coisas poder-se-iam resolver.

É justamente nesse sentido, que entendemos que a bancada evangélica, pode ser uma fração importante, isto porque, por ter um grande peso no legislativo, como já demonstramos anteriormente, ela possui uma capacidade de criar um consenso, do ponto de vista ideológico-moral, nos trabalhadores que não se sentem representados por partidos políticos, mas por seus líderes religiosos, justificando a necessidade de aprovar as reformas, e, mais do que isso, que os esforços necessários para “retirar o país da crise” será recompensado por uma benesse divina.

A religião atende psicologicamente a uma necessidade muito geral. Os afortunados raramente se contentam com o fato de serem afortunados. Além disso, necessitam saber que tem o direito à sua boa sorte. Desejam ser convencidos de que a “merecem” e, acima de tudo, que a merecem em comparação com outros. Desejam

15 Aqui não teremos o espaço necessário para buscar a comprovação desta.

Em certa medida o pensamento de Weber, em nosso entendimento, nos ajuda a compreender, isso que estamos chamando ao longo deste texto, de tentativa de construção de um consenso. Isto porque, a religião busca suprir aquilo que o mundo profano não dá. Segundo Pierucci e Prandi (1996), é no momento de crise existencial que a conversão se dá, quando se manifesta a cura, quando o problema se resolve, quando a vida recupera sentido. Ou seja, quando frações da classe trabalhadora se veem diante da crise e não consegue vislumbrar uma possibilidade de ascensão social a partir da própria materialidade de seu trabalho, esperam uma intervenção divina, que, sendo a política levada a cabo pela sua premissa religiosa, Deus supostamente intercederia em prol destes sujeitos trabalhadores, operando assim o milagre do ganho material (MACEDO, 2008).

Com isso, podemos entender que os deputados evangélicos cumprem a função da ordem e da moral, salvaguardando proposições, controlando condutas e exigindo obediência, mais ainda, sob essa perspectiva, não existe moralidade sem lei, disciplina e submissão (DANTAS, 2011).

Assim sendo, em razão desse prisma ideológico, bem como pelo crescimento destes setores em números absolutos da população, para as frações burguesas este é um discurso ideológico de extrema importância, e que tem alcance sobre a classe trabalhadora desorganizada que se vê representada pelos pastores de suas igrejas e não em um partido de trabalhadores.

Ainda movimentado por uma acesse e uma ética protestante, tal como demonstrada por Weber (2001), a conjuntura de crise econômica, segundo os defensores do impeachment e a nova composição do governo, seria resolvida não pensando em crise, mas trabalhando. Em diversas cidades via-se logo após a admissibilidade do processo de *impeachment* e afastamento de Dilma, *outdoors* com a frase: “Não pense em crise, trabalhe!” (sic), com o logo do novo governo.

Portanto, o PT já poderia ser uma carta fora do baralho, pensando nos interesses das frações burguesas que em aceitaram em 2002 a condução do Estado por um partido que se colocava como defensor dos interesses das classes trabalhadoras, ainda que na prática, não se deu desta maneira, mas que agora, já não seria mais necessário, pois havia outros setores que poderiam costurar esse apoio das frações trabalhadoras, convertendo-os, não em atores políticos que contestam, mas que obedecem as ordens morais de seus representantes, que, se associam às frações burguesas hegemônicas, na busca de apoio material para levar a cabo suas reformas moralizantes.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **PEC 55 (ex-241): contraproducente, injusta e antidemocrática**. In: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, 08 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/0cd761bb-8629-4e77-848e-2975d2f14072>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2018.

_____. Que horas ela volta? Economia política e política econômica de Lula a Dilma. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017. p. 77 – 90.

BOITO JR, Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR, Armando; GALVÃO, Andréia. (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 69 – 104.

CUNHA, Yuri Rodrigues da. **Terceirização e terceirizados: um estudo sobre os impactos objetivos e subjetivos da terceirização sobre trabalhadores terceirizados que atuam no setor de limpeza em escolas estaduais no município de Marília-SP**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista – Marília, 2015. Disponível em: <<http://200.145.6.238/handle/11449/123213>> Acesso em: 11 fevereiro de 2016.

DUVERGER, Maurice. **Ciência Política: teoria e método**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

DANTAS, Bruna Surugay do Amaral. **Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal**. Tese de Doutorado, PUC. São Paulo: 2011.

DIAP, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019**. Brasília: DIAP, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no mundo**. 2ªEd. Petrópolis: Vozes, 2015.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de poder: Deus, os cristãos e a política**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **As lutas de classes na França: de 1848 – 1850**. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2015.

PIERUCCI, Antônio Flávio, PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, política e sociedade**. São Paulo: Hucitec, 1996.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, Acesso em: 14 de dezembro de 2018.

PSDB. **Plano de Governo**: Aécio Neves – PSDB, 2014. Disponível em: < <http://divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/BR/candidato/280000000085/idarquivo/229?x=1404680555000280000000085>> Acesso em: 11 de novembro de 2017.

SAMPAIO JR; Plínio de Arruda. **Crônica de uma crise anunciada**: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. 4ªEd. Cotia: Ateliê Editorial, 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. O necessário, o possível e o impossível. Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 09 – 30.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **A quem interessa essa “reforma” trabalhista?** [blog da internet], 1º de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.jorgesoutomaior.com/blog/a-quem-interessa-essa-reforma-trabalhista>> Acesso em: 11 de fevereiro de 2018.

THIOLLENT, Michael. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**; São Paulo: Pólis, 1980.

VALENTE, Ivan. O colapso da conciliação de classes. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017. p. 59 – 64.

WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar. S.d

WOOD, Ellen. **Democracia Contra Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006.

Referências Jornalísticas

AGOSTINE, Cristiane. Metrô de São Paulo liberou a catraca para manifestantes em ato contra a Dilma. *Valor Econômico*, 18 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3963126/metro-de-sp-liberou-catraca-para-manifestantes-em-ato-contra-dilma>>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

BEDINELLI, Talita. Três grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências. *El País Brasil*, 15 de março de 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

BARROS, Guilherme. Número um do FMI está otimista com Lula. *Folha de São Paulo*, 10 de Dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1012200215.htm>>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

DILMA sanciona lei que aumenta tributo sobre lucro dos bancos. *G1.com*, 07 de outubro de 2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/10/dilma-sanciona-lei-que-eleva-tributo-de-bancos.html>>

DINIZ, Maiana. Manifestantes contra o governo são brancos e de alta renda, aponta pesquisa. *Agência Brasil, EBC*, 18 de agosto de 2015. Disponível em: < <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/08/pesquisas-revelam-retrato-social-e-racial-de-manifestantes>> Acesso em: 07 de Julho de 2016.

GALINDO, Rogério. 93% dos deputados da bancada evangélica votaram pelo impeachment. *Gazeta do Povo*, 17 de Abril de 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/93->

dos-deputados-da-bancada-evangelica-votaram-pelo-impeachment/>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

MAGALHÃES, Alline; *et al.* Lobistas de bancos, indústrias e transportes estão por trás das emendas das reformas trabalhistas. *The Intercept Brasil*, 26 de Abril de 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/04/26/lobistas-de-bancos-industrias-e-transportes-quem-esta-por-tras-das-emendas-da-reforma-trabalhista/>> Acesso em: 11 de fevereiro de 2018.

MANIFESTANTES protestam contra Dilma em todos os estados, DF e exterior. *G1.com*, 16 de março de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contradilma-em-estados-no-df-e-no-exterio.html>>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

PIRES, Claudia. Lula pode voltar a se pronunciar para acalmar mercados. *Reuters*, São Paulo, 16 de Outubro de 2002. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2002/10/16/ult27u27443.jhtm>> Acesso em: 07 de Junho de 2016.

PONTES, Jorge. Corrupção sistêmica institucionalizada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/corrupcao-sistematica-institucionalizada-14905059>>. Acesso em: 07 de Julho de 2016.

PRESIDENTE do Itaú elogia “pacto” do PT. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 de Outubro de 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2010200231.htm>>. Acesso em 07 de Julho de 2016.

SIQUEIRA, Carol. *Câmara autoriza instauração de processo de impeachment de Dilma com 367 votos a favor e 137 contra*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html>>. Acesso em: 21 de Abril de 2016.

THEME, Antônio Carlos Mendes. Corrupção institucionalizada: uma marca de governo. *Congresso em foco*, 18 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/corrupcao-institucionalizada-uma-marca-de-governo/>>. Acesso em: 07 de julho de 2016.

URIBE, Gustavo; LIMA, Daniela. Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 de Novembro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml>>. Acesso em: 13 de Abril de 2016.

VENCESLAU, Pedro. Tucanos definem atuação nos atos pró-impeachment. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tucanosdefinematuaconosatosproimpeachmentimp,1641620#>> . Acesso em: 07 de julho de 2016.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-438-2

